



NÚCLEO ESTADUAL NO CEARÁ

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 7/2013

O NE/MS/CE através de sua pregoeira torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 7/2013 - SRP sendo a empresa vencedora ELAINE PIRES DOS SANTOS - cnpj nº 11864694/0001-21, para o Grupo I no valor total de R\$ 1.903,15.

MARIA LIDUÍNA SILVA MACIEL

(SIDECA - 18/10/2013)

NÚCLEO ESTADUAL NO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 6/2013 - UASG 250022

Nº Processo: 25014004736201351 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, com Fornecimento de Peças em (dois) Elevadores da Marca Scindler. Total de Itens Licitados: 00001 Edital: 21/10/2013 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . Endereço: Avenida Alexandre de Moura, nr.182 Centro - SAO LUIS - MA . Entrega das Propostas: a partir de 21/10/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/11/2013 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br.

JOSE DE RIBAMAR LOPES FERREIRA
Pregoeiro

(SIDECA - 18/10/2013) 250022-00001-2013NE800016

NÚCLEO ESTADUAL EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃOAVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 6/2013 - UASG 250029

Nº Processo: 25019008067201347 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de Mobiliário. Total de Itens Licitados: 00026 . Edital: 21/10/2013 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00 . Endereço: Praça Ministro João Gonçalves de Souza S/n Edf. Sudene-iputinga RECIFE - PE . Entrega das Propostas: a partir de 21/10/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/11/2013 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

EVANILDE CAMPELO DE OLIVEIRA
Pregoeira

(SIDECA - 18/10/2013) 250029-00001-2013NE800006

PREGÃO Nº 7/2013 - UASG 250029

Nº Processo: 25019008454201383 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação do serviço continuado de coveiragem, incluindo mão-de-obra e fornecimento de materiais (Anexo II Material de Coveiragem), com execução mediante o regime de empreitada por preço global, visando atender às necessidades do NÚCLEO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM PERNAMBUCO NEMS/PE Total de Itens Licitados: 00001 . Edital: 21/10/2013 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 16h00 . Endereço: Praça Ministro João Gonçalves de Souza, S/n, Ed. Sudene, 5º Andar, Ala Norte Iputinga - RECIFE - PE . Entrega das Propostas: a partir de 21/10/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/10/2013 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br.

ANDREZA MARIA DA SILVA BARBOZA
Pregoeira

(SIDECA - 18/10/2013) 250029-00001-2013NE800146

NÚCLEO ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

CITADO: Carlos Fernando Pimentel Barcelar Viana
Notificado: Sr. CARLOS FERNANDO PIMENTEL BARCELAR VIANA

Pelo presente Edital, a fim de dar cumprimento ao contido no inciso LV do art. 5º, da CF/88 e no art. 10 do Decreto nº 1.651/95 e na forma da Portaria nº GM/MS 743 de 19/04/2012, em virtude de impedimento na entrega da notificação por ofício, fica notificado o Sr. (CARLOS FERNANDO PIMENTEL BARCELAR VIANA), CPF 557.081.963-00, para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação deste Edital, sob pena de revelia, conhecer os autos do (Relatório de Auditoria nº 13445), SIPAR nº 25017.003879/2013-16 realizada na (Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN), para se quiser, apresentar justificativa, cujo relatório se encontra à disposição no endereço: Avenida Rodrigues Alves nº 881 5º andar - Tirol - Natal/RN.

Transcorrido o prazo assinalado acima sem que haja manifestação, o relatório final da atividade será concluído.

Em 16 de outubro de 2013.
CÍCERO MARQUES DE FIGUEIREDO
Chefe do Serviço de Auditoria
Substituto

NÚCLEO ESTADUAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2013 - UASG 250037

Nº Processo: 25004002003201300 . Objeto: Contratação de Curso de SIAFI / Novo CPR. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Art. 119, da lei 8666/93, e decreto 6170/2007. . Justificativa: Contratação de Baixo Valor. Contratação de entidade da administração pública federal para ensino Declaração de Dispensa em 21/02/2013 . IONE MORETTI . Chefe da Divisão de Gestão Administrativa . Ratificação em 18/10/2013 . ANTONIO LOPES DO CARMO . Chefe do Samap/sp Valor Global: R\$ 800,00 . CNPJ CONTRATADA : 02.317.176/0001-05 ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA.

(SIDECA - 18/10/2013) 250037-00001-2013NE080004

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 62/2013 - UASG 250005

Nº Processo: 25000069768201351 . Objeto: Aquisição de 2.165.550 frascos-ampola do medicamento Antimoniato de Meglumina de 300mg/ml. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: SANOFI-AVENTIS é fabricante exclusiva, em todo o território nacional. Declaração de Inexigibilidade em 15/10/2013 . ALINE VELOSO DOS PASSOS . Coordenadora-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde . Ratificação em 16/10/2013 . GIRLEY VIEIRA DAMASCENO . Diretor do Departamento de Logística em Saúde . Valor Global: R\$ 6.041.884,50 . CNPJ CONTRATADA : 02.685.377/0001-57 SANOFI-AV ENTIS FARMACEUTICA LTDA.

(SIDECA - 18/10/2013) 250110-00001-2013NE800070

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 4/2013

Objeto: Registro de preços visando à aquisição de Insulina Humana NPH 100U/ML injetável e Insulina Humana Regular 100U/ML injetável, em observância ao previsto no art. 39 da Lei 8.666/93. Data da realização: 05/11/2013; Horário: às 10 (dez) horas; Local de realização: Auditório do DLOG, Sala 423-A, 4º andar Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A - CEP 70.058-900 - Brasília - DF. Documentação: à disposição para consulta na página oficial do Ministério da Saúde na internet: www.sau.gov.br/consultapublica.

GIRLEY VIEIRA DAMASCENO
DiretorAGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2013 - UASG 253003

Número do Contrato: 69/2012.

Nº Processo: 33902458359201218.

PREGÃO SISPP Nº 38/2012 . Contratante: AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. CNPJ Contratado: 10551135000107. Contratado : THAURUS SERVICOS TERCEIRIZADOS -LTDA - ME. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 11/12/2013 a 10/12/2014; e a supressão do aviso prévio trabalhado. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93. Vigência: 11/12/2013 a 10/12/2014. Valor Total: R\$29.356,75. Data de Assinatura: 25/09/2013.

(SICON - 18/10/2013) 253003-36213-2013NE800961

DIRETORIA DE GESTÃO
GERÊNCIA-GERAL DE APRIMORAMENTO
INSTITUCIONAL
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE PESSOAL

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATANTE: Agência Nacional de Saúde Suplementar. CONTRATADO: ALEXANDRE HENRIQUE DA FONSECA NETO, matrícula SIAPE n.º 1793848. OBJETO: rescindir, a pedido, a contar de 15 de outubro de 2013, o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, por prazo determinado - Classificação III - ANS n.º 002/2010, de acordo com o extrato de contrato temporário publicado no D.O.U. n.º 116, Seção 3, pág. 116 e 117, de 21 de junho de 2010, nos termos da Cláusula Décima Quarta, Item 14.1, Inciso II, do referido Contrato, em consonância com o art. 12, Inciso II, da Lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de condução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 do Regulamento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve tornar público o presente Edital de Chamamento para coletar opinião, dados e informações que subsidiem a Análise de Impacto Regulatório sobre os critérios para prescrição e dispensação de medicamentos genéricos e similares.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

1. Contextualização

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA incluiu na Agenda Regulatória do biênio 2013/2014 o item nº 46 "Critérios para Prescrição e Dispensação de Medicamentos Genéricos e Similares", com o objetivo de promover debate e eventual avaliação dos marcos regulatórios que regem o assunto.

A Política Nacional de Medicamentos, instituída por meio da Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, tem como propósito garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade destes produtos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais. Com a edição da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que estabeleceu o medicamento genérico, foi conferida à Anvisa a atribuição de regulamentar os critérios para registro e dispensação desses medicamentos, acrescentando à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, as seguintes definições:

XXI - Medicamento Genérico - medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI;

XII - Medicamento de Referência - produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro;

XXIII - Produto Farmacêutico Intercambiável - equivalente terapêutico de um medicamento de referência, comprovados, essencialmente, os mesmos efeitos de eficácia e segurança;

A referida Lei também estabeleceu definição para medicamentos similares, já presentes no mercado nacional àquela época.

XX - Medicamento Similar - aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

Os critérios para comprovação de sua comparabilidade ao medicamento eleito como referência passaram a ser exigidos em 2003, por meio da edição da Resolução RDC nº 133 e da Resolução RDC nº 134, daquele ano, constituídos, principalmente, de estudos de equivalência farmacêutica e biodisponibilidade relativa.

Os medicamentos similares que já estavam registrados até a data da publicação da Resolução RDC nº 134, de 2003, foram submetidos a um cronograma de adequação para comprovar a equivalência farmacêutica e a biodisponibilidade relativa. O cronograma prevê adequações com base na data de vencimento dos registros e nos princípios ativos que compõem os produtos, correspondendo a um prazo limite de adequação de todos os medicamentos até 2 de dezembro de 2014.

Apesar de tanto os medicamentos genéricos quanto os similares serem considerados "cópias" dos medicamentos de referência, a intercambiabilidade está prevista apenas para os genéricos, considerando as disposições vigentes nas resoluções RDC nº 16 e nº 17, alteradas pelas resoluções RDC nº 51 e nº 53, todas de 2007.

Ante o exposto, e tendo em vista que as atuais exigências para o registro de medicamentos genéricos e similares convergem, a ANVISA decidiu iniciar a discussão e avaliação sobre a necessidade, ou não, de revisão das regras de prescrição e dispensação desses produtos.

A fim de subsidiar e qualificar essa discussão, será realizada uma Análise de Impacto Regulatório (AIR) que contará com as opiniões, dados e informações colhidas nesta etapa preparatória, a partir deste chamamento. A AIR é uma ferramenta utilizada para auxiliar a definição de problemas e contribuir para que a ação regulatória seja mais eficiente, oferecendo aos tomadores de decisão elementos para que possam avaliar as opções e alcançar os objetivos pretendidos.

A função regulatória da ANVISA tem se pautado cada vez mais pela transparência de suas ações e pela participação da sociedade como diretrizes da atuação institucional de modo a ampliar as discussões sobre diversos temas na área de vigilância sanitária.